



Novos Cadernos NAEA

v. 28, n. 2 • maio-set. 2025 • ISSN 1516-6481/2179-7536



A TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA DO MST: POSSIBILIDADES E DESAFIOS VISTOS A PARTIR DA REALIDADE AMAZÔNICA NA ATUALIDADE

THE AGROECOLOGICAL TRANSITION OF THE MST:
POSSIBILITIES AND CHALLENGES VIEWED FROM
THE AMAZONIAN REALITY TODAY

Gabriel da Cunha Melo  

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA, Brasil

Sérgio Roberto Moraes Corrêa  

Universidade do Estado do Pará (UEPA), Belém, PA, Brasil

RESUMO

Este artigo se propõe a refletir sobre a “transição agroecológica”, que vem sendo implementada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) em diversos de seus assentamentos no Brasil. Contudo, para fins deste artigo, vamos focar a referida reflexão no contexto amazônico, em particular na experiência do MST no assentamento João Batista II, no município de Castanhal, Nordeste do estado do Pará. A metodologia se assentou numa abordagem qualitativa, que combinou duas técnicas: a) a revisão de literatura sobre esse tema e b) trabalho de campo, fazendo uso da observação participante e de entrevista semiestruturada. Esse texto compartilha resultados finais de uma pesquisa de graduação em ciências sociais, que vem sendo aprofundada, agora, no mestrado. A experiência de transição agroecológica no MST vem compondo o seu repertório desde os anos 90, passando a ocupar papel decisivo na reconfiguração de sua agenda de reforma agrária e de desenvolvimento rural na atualidade. Em face da crise de emergência climática global e da própria particularidade da realidade brasileira, hegemonizada pelo agronegócio e pela problemática agrária, essa transição vem ocorrendo de forma conflituosa e diversificada nos assentamentos do MST, apresentando avanços, problemas e desafios, em particular no contexto amazônico.

Palavras-chave: MST; transição agroecológica; Amazônia; Desenvolvimento.

ABSTRACT

This article aims to reflect on the “agroecological transition” that has been implemented by the Landless Workers’ Movement (MST) in several of its settlements in Brazil. However, for the purposes of this article, we will focus this reflection on the Amazonian context, particularly on the MST’s experience in the João Batista II settlement in the municipality of Castanhal, in the northeast of the state of Pará. The methodology was based on a qualitative approach, which combined two techniques: a) a literature review on this topic and b) fieldwork, using participant observation and semi-structured interviews. This text shares the final results of an undergraduate research project in social sciences, which is now being deepened in the master’s degree. The experience of agroecological transition in the MST has been part of its repertoire since the 1990s, and has come to play a decisive role in the reconfiguration of its agrarian reform and rural development agenda today. In the face of the global climate emergency crisis and the particularity of the Brazilian reality, dominated by agribusiness and agrarian issues, this transition has been occurring in a conflicting and diversified manner in the MST settlements, presenting advances, problems and challenges, particularly in the Amazonian context.

Keywords: MST; agroecological transition; Amazon; Development.

1 INTRODUÇÃO

Em meados dos anos 1990, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)¹ iniciava uma mudança significativa em seu repertório de luta pela reforma agrária na sociedade brasileira, introduzindo o tema da *sustentabilidade* (Costa Neto; Canavesi, 2002). Um paradigma agroecológico buscava superar uma concepção produtivista, gerando um deslocamento paradigmático no tocante ao sentido e uso da agricultura familiar, ao introduzir o tema da “transição agroecológica” como parte fundamental de seu projeto no Brasil (Borges, 2010; Borsatto; Maristella, 2013). Assim, a dimensão ambiental passava a ocupar um lugar de destaque nessa agenda do movimento, como contraponto a uma visão economicista de desenvolvimento, demarcando, também, uma conotação política que o MST vai dando nesse debate, posto a sua posição como um movimento contra-hegemônico do Sul Global.

Contudo, existe um discurso ideológico hegemônico, que advém dos detentores do poder econômico-político e cultural, em particular o agronegócio, como modelo ideal de modernização e de desenvolvimento da sociedade brasileira². Isso não só contribui para invisibilizar e apagar diversas outras formas de modos de vida e de economias de base comunitária e familiar do mundo rural brasileiro, como, também, desperdiça um conjunto de saberes e de experiências sociais que advém dessas margens, obstaculizando ainda mais o caminho para construir alternativas de sociabilidade diante de um momento histórico de crise civilizatória global, que clama pela invenção de novas lógicas e formas de convivência entre ser humano-ser humano e natureza (Acosta, 2016).

Dentre essas experiências que vêm ocorrendo nessas margens brasileiras, em particular da Amazônia, é possível situar e destacar a transição agroecológica do MST, mas, também, chamar atenção para o relevante e atual debate do “bem viver” em territórios de povos originários e outras experiências comunitárias em territórios de comunidades tradicionais, que há muito tempo vêm construindo e contribuindo para a

¹ O MST nasce em 1984, durante o I Encontro Nacional de Trabalhadores Rurais Sem Terra, na cidade de Cascavel, no Paraná. Sobre essa história do movimento, consultar Fernandes (1996, 2000).

² Em horário nobre da TV Globo (mas em outras grandes empresas de comunicação, também), é veiculado esse ideal através do “Agro é TECH, Agro é POP, Agro é Tudo”. Existem outros campos simbólico-culturais de divulgação e massificação desse *ethos* do agronegócio, como os grandes festivais de rodeios em grandes e pequenas cidades do país e da música sertaneja.

preservação de terras, mares, rios, florestas, e outros biomas etc. (Porto-Gonçalves, 2017; Acosta, 2016).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio de seus dados de 2017, evidencia que 77% dos estabelecimentos rurais no Brasil são classificados como de agricultura familiar (IBGE, 2019). Entretanto, esses mesmos correspondem somente a 23% da área total de estabelecimento rural no país. Além disso, o IBGE também apontou que 70% dos alimentos consumidos pelas famílias brasileiras são produzidos pela agricultura familiar. Isso mostra a relevância da agricultura de base familiar, comunitária, para todo o país e ainda assim está à margem tanto de políticas públicas estruturantes, como de debates que dizem respeito a temáticas sobre as quais esses diversos sujeitos possuem um acúmulo de saberes e fazeres coletivos (Nitahara, 2019).

Um dos pontos de relevância desta pesquisa ocorre pela descoberta do diálogo entre os saberes produzidos no assentamento pelo MST com o conhecimento científico, posto que a perspectiva aqui é da relação, da cooperação, da solidariedade compreendendo que ambos se potencializam e se reinventam nesse diálogo anticolonial e não eurocentrado (Lander, 2005). Dessa forma, essa pesquisa assume uma posição de *desobediência epistêmica* (Mignolo, 2010), haja vista que contesta e desestabiliza o paradigma hegemônico de ciência eurocentrado.

A partir disso, comprehende-se que a experiência de transição agroecológica produzida pelo MST na Amazônia, além de educar, contribui para disseminação de conhecimentos e práticas inovadoras na sociedade, nas universidades e em políticas públicas. Além disso, a riqueza de experiência no assentamento demonstra alternativas agroecológicas de modos outros de viver, em harmonia, com a natureza, mostrando-se, assim, como uma possibilidade em potencial de superação ou atenuação da crise climática, resultante do modelo capitalista neoextravista (Dilger; Pereira Filho, 2016), que tem como um dos principais impactos, o desmatamento produzido pelo agronegócio.

Este trabalho está estruturado da seguinte maneira: Seção 1 – Trilha metodológica, em que apresentamos os objetivos, os procedimentos da pesquisa e demais partes estruturantes. Na Seção 2 - Agroecologia em foco na Amazônia/Brasil, fazemos um passeio teórico-conceitual, de forma resumida, sobre a agroecologia e sua relevância para as discussões atuais. Na última seção, 3, tratamos da contextualização da realidade da pesquisa, que é dividida em duas subseções: a primeira apontando a realidade macro

do Brasil e Amazônia e a segunda sobre o *micro/locus* do trabalho de campo no assentamento João Batista II em Castanhal (PA), advertindo que essas duas dimensões se conectam dialeticamente.

SEÇÃO 1 – TRILHA METODOLÓGICA

Este artigo é resultado de uma pesquisa iniciada no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), em Licenciatura em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Pará (UEPA). Ela avançou na especialização em Educação Ambiental e Sustentabilidade, vinculada ao Núcleo de Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará (NUMA/UFPA), e agora prossegue na dissertação de mestrado em Planejamento de Desenvolvimento no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA) com uma nova perspectiva.

Como aporte teórico, essa pesquisa se assenta numa perspectiva crítica, dando ênfase no diálogo com o pensamento latino-americano decolonial (Castro-Gómez; Grosfoguel, 2007; Lander, 2005), tendo em vista apresentar contribuições teóricas e conceituais não eurocêntricas, a partir do Sul Global³, que possibilitem fazer emergir outras epistemes e interpretações, historicamente silenciadas e invisíveis (Santos, 2010). Além dessa postura de ruptura e desobediência epistêmica (Mignolo, 2010) ao cânone científico hegemônico ocidental, buscamos, também, outros caminhos metodológicos nesse trabalho.

Sobre a metodologia da pesquisa, ela possui uma abordagem qualitativa que se caracteriza por pesquisar o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes, tudo isso engloba a realidade social e dialoga com aspectos da subjetividade que não podem ser quantificados (Minayo, 2001). Não obstante a ênfase nessa abordagem qualitativa, fazemos uso, todavia, de dados quantitativos, para substancializar os argumentos aqui elaborados. Por isso, esses dados são trabalhados de maneira relacional e complementar.

No que tange aos procedimentos, lançamos mão de dois momentos articulados: Primeiramente, foi realizada uma revisão de literatura, para compreender como a temática em estudo vem sendo tratada no campo acadêmico, suas contribuições e limites teórico-conceituais. Para isso,

³ Nessa geopolítica contemporânea entre *Norte Global* (países desenvolvidos, centro hegemônico) e *Sul Global* (países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, periferia do sistema capitalista), é importante considerar que no Norte Global existe um Sul Global, e dentro deste existe um Sul Imperial e anti-imperial. Sobre isso, ver (Lander, 2005; Santos, 2010).

utilizamos livros, artigos, trabalhos de conclusão de curso (TCCs) e cadernos de estudos de núcleos de pesquisa, entre outros materiais. Gil (1995) entende que esse procedimento é importante na fase da pesquisa exploratória e auxilia a estruturar a pesquisa descritiva a partir de um material elaborado, através de principalmente livros e artigos. O autor também aponta que uma vantagem da revisão é a ampla cobertura de fenômenos que poderiam ser pesquisados diretamente.

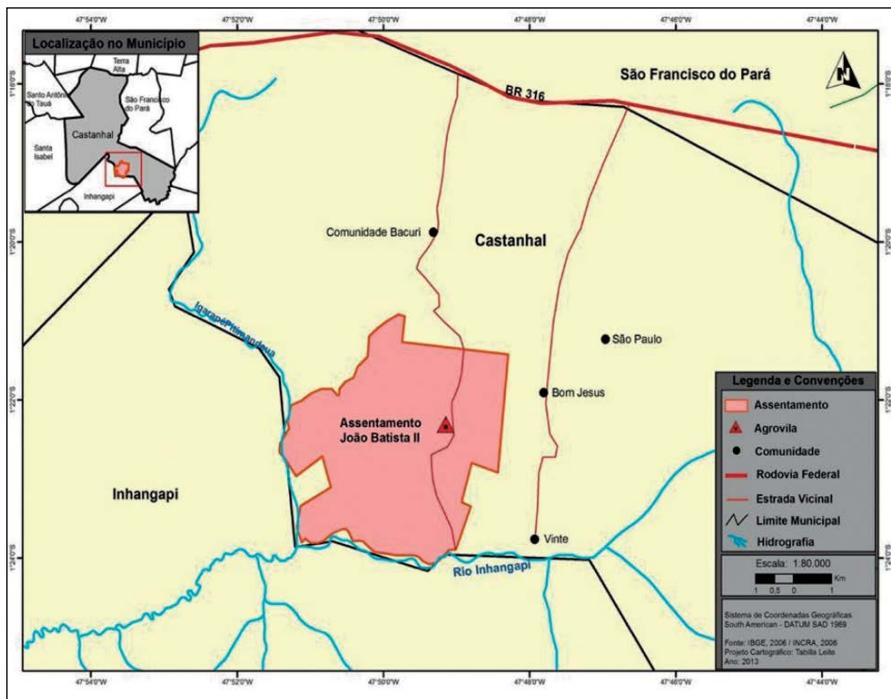
No segundo momento, foi realizada a pesquisa de campo, por meio da qual foram desenvolvidas a observação participante e entrevista semiestruturada com um roteiro, previamente elaborado com perguntas abertas, que sofreu alteração de acordo com a necessidade de cada entrevista. Em campo, a pesquisa assumiu um caráter participante e foi feita uma coleta de dados para obter informações de determinados aspectos da realidade (Boní; Quaresma, 2005).

A observação participante possibilitou o contato mais direto com colaboradores e participantes da pesquisa a “identificar e obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento” (Lakatos; Marconi, 1996, p. 79). A entrevista semiestruturada associa perguntas abertas e fechadas, através das quais o sujeito da pesquisa discorre sobre o tema proposto com auxílio de um roteiro previamente elaborado sendo possível a “elasticidade” quanto à duração do tempo e aprofundamento de assuntos específicos (Boní; Quaresma, 2005).

IVone Gebara (2015) adverte que existem dois tipos de epistemologia: a epistemologia da vida ordinária e a reflexiva/científica. Para ela, o conhecimento da vida cotidiana é condicionante ao conhecimento científico, primeiramente a partir de uma ideia ou experiência ensinada. A partir dessa premissa epistemológica, faz-se necessário ouvir e entender os saberes e as experiências daqueles e daquelas que se conectam com o território do assentamento e buscam construir uma outra vivência a partir da agroecologia.

A amostragem foi de quatro lotes do assentamento João Batista II (Mapa 1), que se encontra no município de Castanhal (PA), localizado na região metropolitana de Belém e a 75 km da capital paraense. Ele possui, de acordo com o último Censo do IBGE, o total de 207.603 habitantes (IBGE, 2022). Castanhal possui o título de “Cidade modelo” devido a se situar em posição estratégica para o escoamento da produção e ter integrado a Estrada de Ferro Belém-Bragança, cujo trem “Maria Fumaça” é ponto turístico na cidade. Histórica e simbolicamente, representou o desenvolvimento do comércio, que até os dias atuais são as principais atividades econômicas.

Mapa 1 – Assentamento João Batista II



Fonte: INCRA ([2013]).

Considerando a materialidade da experiência da transição agroecológica no assentamento, posto que parte considerável de lotes do assentamento ainda não trabalha com esse paradigma agroecológico, o que revela dinâmicas e processos diferentes, avanços e limites dentro do próprio assentamento. Essa mostra, também, considerou e buscou contemplar a participação dos (as) *interlocutores da pesquisa*⁴: lideranças jovens e adultas, homens e mulheres que vivenciam o antes, durante e depois da transição agroecológica.

⁴ Estamos utilizando a denominação de “interlocutores da pesquisa” por compreendermos que esses sujeitos, a partir de sua experiência de vida cotidiana, de luta e resistência, constroem coletivamente saberes sobre seu mundo mais imediato e a sociedade, denunciando seus problemas e apontando possíveis caminhos alternativos. Sob esse ponto de vista, são saberes legítimos de leitura de mundo que precisam ser considerados e reconhecidos pela ciência para construir outras interpretações, não de forma hierárquica e dualista, mas por meio de uma relação dialógica na tentativa de superação da dualidade sujeito x objeto e neutralidade científica, tão fortes no paradigma eurocêntrico de ciência, que coloniza nossa forma de fazer pesquisa em ciências humanas/sociais (Lander, 2005), bem como nossas relações sociais (Connel, 2012). Por isso, também, que essa feitura da pesquisa e interlocução implica uma relação de colaboração e cooperação recíproca.

Esses sujeitos da pesquisa são agricultores (as) familiares assentados (as) que vivenciam ou vivenciaram a transição agroecológica em seus lotes e possuem relevantes experiências para esse debate. Dessa forma, o anonimato dos indivíduos foi mantido e o quadro de entrevistados (Quadro 1) se dividiu da seguinte maneira:

Quadro 1 – Quadro de entrevistados

Nome	Idade	Tempo morando no assentamento	Lote
Entrevistada 1	53 anos	19 anos	A
Entrevistada 2	67 anos	26 anos	B
Entrevistada 3	63 anos	25 anos	C
Entrevistada 4	26 anos	25 anos	C
Entrevistado 5	43 anos	24 anos	D

Elaborado por Gabriel da Cunha Melo, 2024.

Vale ressaltar a busca por representatividade nas entrevistas em relação à geração para compreender a perspectiva das faixas-etárias sobre a transição agroecológica, principalmente em relação às vivências das diferentes fases da transição agroecológica. A partir disso, houve a sistematização das contribuições coletadas em campo, juntamente com a revisão de literatura a fim de responder à questão existente neste trabalho.

Também, a fim de resguardar os direitos dos pesquisadores e de interlocutores como sujeitos e colaboradores da pesquisa, como dimensão ética da pesquisa, foi apresentado e assinado de comum acordo o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

A pesquisa desenvolvida colocou como questão central de investigação a seguinte pergunta: “Qual a visão do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) na Amazônia sobre o debate do desenvolvimento, em particular o desenvolvimento rural a partir da experiência de transição agroecológica?”. Para delimitação dessa questão, neste artigo, optamos por focar na seguinte questão: **qual a contribuição da transição agroecológica implementada pelo MST no assentamento João Batista II, no município de Castanhal-Pa, para ajudar a apontar caminhos alternativos de sustentabilidade na Amazônia?**

Como objetivo, este artigo analisa a contribuição do MST, por meio da experiência de transição agroecológica no assentamento João Batista II, na construção de caminhos alternativos de sustentabilidade na Amazônia.

SEÇÃO 2 - AGROECOLOGIA EM FOCO NA AMAZÔNIA/BRASIL

Da Costa (2006) adverte que o debate do modelo de agricultura, quer seja o *convencional*, orientado sob a lógica da revolução verde, do mercado, bem como o da *agroecologia*, não é neutro, pois se insere dentro de um debate maior de projeto de sociedade, marcado por interesses e relações de poder. Isso, também, vale para o debate no campo acadêmico, científico, onde não é possível dissociar o debate epistemológico da política (Quijano, 2005).

Conforme defendem Corrêa e Nascimento (2019, p. 304), o tema da *transição agroecológica* precisa ser tratado e compreendido dentro um campo de pesquisa mais amplo e complexo:

[...] que é o “campo da agroecologia” que tem assumindo relevância e visibilidade em diversos setores da sociedade contemporânea, que sustentam a crítica ao modelo hegemônico de sociedade e de desenvolvimento capitalista e defendem mudanças para um outro paradigma de “desenvolvimento sustentável”, dentre eles no espaço rural.

A Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) comprehende o conceito de “agroecologia” como:

Enfoque científico, teórico, prático e metodológico, com base em diversas áreas do conhecimento, que se propõe a estudar processos de desenvolvimento sob uma perspectiva ecológica e sociocultural e, a partir de um enfoque sistêmico, adotando o agroecossistema como unidade de análise, apoiar a transição dos modelos convencionais de agricultura e de desenvolvimento rural para estilos de agricultura e de desenvolvimento rural sustentáveis (ABA, 2019).

Conforme Franco (2022), a agroecologia surge enquanto uma ciência interessada em conciliar o desenvolvimento humano, ambiental e a produção rural, comprometida com outro modelo de desenvolvimento e sociedade.

A agroecologia, considerada como ciência do vivo e de processos de vida tanto sociais quanto ecológicos, confirma que a agricultura como uma forma de uso dos recursos naturais é fruto da coevolução dos seres humanos, com seu ecossistema social, ambiental e espiritual, resultando numa infinidade de agroecossistemas adaptados (Franco, 2022, p. 7).

Nesses termos, é possível identificar que a agroecologia emerge e atua nos espaços acadêmicos (e não acadêmicos) como uma ruptura paradigmática e contra-hegemônica face ao modelo hegemônico do agronegócio (Sauer;

Balestro, 2013). A agroecologia surge na confluência de conhecimentos inter-transdisciplinares, preocupada tanto com a questão ambiental e com a igualdade e justiça social, defendendo uma outra lógica de desenvolvimento rural com sustentabilidade, valorizando o conhecimento e experiência de povos originários, comunidades tradicionais e camponesas, que há muito tempo têm praticado uma relação de cooperação e reciprocidade entre si e com a natureza (Sauer; Balestro, 2013).

Os sistemas agroecológicos buscam se opor ao desenvolvimento que, historicamente enxerga a natureza somente enquanto uma *fronteira de recurso* (Becker *et al.*, 1995) A produção de bens de consumo, que depende inevitavelmente do desmatamento e da produção de *commodities*, está associada ao processo que Karl Marx (2011) descreveu como a fase histórica de formação inicial do capitalismo, conhecida como acumulação primitiva. Essa concepção foi posteriormente revisada e ampliada por Harvey (2006), que a adaptou para explicar os mecanismos contemporâneos de expansão do capital, caracterizando-os como um processo de apropriação violenta e desigual de recursos. Sob essa forma de acumulação, o capitalismo se “adapta” à realidade e desenvolve novas formas de expropriar e destruir modos de vida, ao ponto de manipular a própria ideia de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável.

É importante chamar aqui atenção para uma característica do capitalismo: ele, em cada momento histórico, busca se redefinir com novos mecanismos, para perpetuar sua dominação e hegemonia (material e simbólica) e seu processo de acumulação, inclusive lançando mão de ideias e conceitos da agenda crítica de pensamento social, para ressignificar e ajustar conforme seu interesse em tempos de acumulação flexível (Harvey, 1992) e de novo espírito do capitalismo (Boltanski; Chiapello, 2009). Além dessas importantes contribuições ao debate crítico sobre o capitalismo na contemporaneidade, cabe destacar e incluir a fórmula “mágica” do capitalismo em se afirmar e reproduzir-se, a partir da ideia-modelo do *Ocidente*, como espelho único e perene de civilização para o resto do mundo, sendo isso, numa perspectiva hegemonicamente, sendo produzido e circulado por uma ciência humana/social eurocentrada do Norte Global (Said, 2008; Castro-Gómez, 2005; Dussel, 2005).

As disputas de narrativas que atravessam o campo político, econômico, social e ambiental estão inseridas sobretudo, em estruturas de poder, relacionadas a projetos e modelos de sociedade. Está em curso, um modelo de desenvolvimento exógeno e colonial que não contempla as necessidades

das classes sociais dominadas e grupos subalternizados, a riqueza se acumula em grupos dominantes como fazendeiros, empresários e políticos além de destruir, as maiores riquezas existentes no país, os ecossistemas e tudo que neles habitam.

O pensamento hegemônico a respeito da temática ambiental mantém privilégios e as estruturas do projeto de modernidade pós-capitalista cuja premissa básica é estimular, cada vez mais, processos crescentes de consumo e manutenção de estratégias de apropriação (Tourinho, 2001, p. 13).

A hegemonia imposta pelas práticas e narrativas buscam invisibilizar modos de vida que possuem particularidades e apropriações territoriais harmônicas com a produção rural e o meio ambiente. Dessa forma, existem assentamentos que estão em processo de transição agroecológica onde possuem especificidades, a fim de que seja possível melhorias financeiras diante da crise econômica e proteção socioambiental para mitigar os impactos das mudanças climáticas.

É desafiador para a sociedade atual a substituição da cultura do desmatamento pela cultura da floresta e isso implica diretamente na qualidade de vida das comunidades rurais, ribeirinhas, povos indígenas e quilombolas, também a população urbana que tem sido assolada pelos impactos dos eventos climáticos extremos. Sob esse viés, é necessário compreender que o modelo de ocupação territorial da Amazônia foi colonial e repensar alternativas que se opunham a isso, é uma prática contra-hegemônica que tem sido pensada pelos agricultores familiares que integram o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) na Amazônia.

Nesses termos, vale lembrar que o conceito de desenvolvimento, e mais recentemente, o de *desenvolvimento sustentável*, são formulações eurocêntricas, que se disseminaram para o mundo, trazendo importantes contribuições, mas, também, problemas, reproduzindo lógicas e práticas de dominação (Santos, 2010; Acosta, 2016). Por isso, é preciso, também, chamar atenção criticamente a esse debate que se faz no campo da agroecologia.

O ambientalismo “global” permanece firmemente fundamentado na tradição do pensamento econômico ocidental, deshistoricizando e marginalizando as tradições ambientalistas de culturas não-ocidentais. Embora os problemas ambientais, como a poluição, não reconheçam as fronteiras nacionais ou regionais, as soluções “globais” defendidas pelos países industrializados perpetuam as relações de dependência do colonialismo (Banerjee, 2003, p. 89).

O conceito de desenvolvimento sustentável, em sua teoria busca rearticular os pilares da infraestrutura, a fim de que o consumo da atual geração tenha menores impactos e menores danos às futuras gerações. Ricardo Abramovay (2022) ao debater sobre a infraestrutura do desenvolvimento sustentável na Amazônia diz que é necessário pensar as infraestruturas a partir das Soluções Baseadas na Natureza (SBN), por meio da qual se ofertem serviços ecossistêmicos, na economia do cuidado, na infraestrutura do uso sustentável da sociobiodiversidade florestal que valoriza as culturas locais de comunidades integradas ao meio ambiente e energia e mobilidade, além de criar dispositivos para processamento e organização produtiva, saúde, saneamento e marcas de qualidade.

A agroecologia é colocada neste debate do desenvolvimento, defendendo posições epistemológicas e políticas de alternativa de desenvolvimento sustentável ao modelo hegemônico (Sauer; Balestro, 2013; Guerra; Waquil, 2013), e não de alternativas ao desenvolvimento, como sugere a tese de Alberto Acosta (2016) sobre o *Bem Viver*. A agroecologia retoma e valoriza o conhecimento de povos indígenas, comunidades tradicionais e camponesas, dentre seus valores está a necessidade de alto nível de biodiversidade para garantir o bom funcionamento do agroecossistema, sistemas agrícolas diversificados que contemplem as especificidades de cada região e também de extrema importância à segurança e soberania alimentar (Costa, 2006; Sauer; Balestro, 2013).

Sauer e Balestro (2013, p. 12), ao se referirem à “transição agroecológica”, sustentam:

Transição agroecológica passa por mudanças nos principais circuitos de produção e consumo de alimentos. Ela atinge diretamente a soberania e segurança alimentar. Neste sentido, o aperto que deriva do aumento nos custos dos insumos e da diminuição dos preços pagos aos produtores, além de um forte indicador do esgotamento do paradigma da Revolução Verde, pode ser uma grande motivação para a transição agroecológica (Sauer; Balestro, 2013, p. 12).

Nesse sentido, a soberania e segurança alimentar emergem enquanto um princípio fundamental para religar o desenvolvimento rural com a justiça socioambiental, com ênfase nas necessidades alimentares das camadas populares e na sustentabilidade da natureza, por meio da agroecologia (Costa, 2006; Sauer; Balestro, 2013). A necessidade ecosocial da produção alimentícia e de garantir comida de qualidade na mesa de trabalhadores (as) surge como uma demanda de movimentos sociais que

enxergam na agroecologia um suporte para reivindicar outros modelos de sustentabilidade de desenvolvimento rural e da sociedade em seu sentido mais amplo e complexo, como o MST (Corrêa; Nascimento, 2019; Guerra; Waquil, 2013).

4 SEÇÃO 3 – MST E TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA: CONTRIBUIÇÕES PARA O DEBATE DA SUSTENTABILIDADE

Nesta seção, a partir do pressuposto de que o MST é um movimento transnacional, é necessário contextualizar a sua realidade em nível nacional e regional, para além do *locus* da pesquisa. Dessa forma, dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) irão contribuir para a contextualização da realidade de disputa e conflito do desenvolvimento agrário diante dos cenários políticos e econômicos no país.

Estamos situados em uma região marcada por uma rica e complexa sociobiodiversidade, que evidencia toda uma potencialidade, para reprodução e sustentabilidade da vida *do e no* Planeta Terra, quer seja de seres humanos, quer não humanos. Isso torna a Amazônia particular e importante na formulação de projeto e de políticas públicas para a sociedade brasileira e de relação de cooperação Sul-Sul, que se queira includente, democrático e sustentável (Acosta, 2016).

Contudo, historicamente, a região amazônica tem sido dominada e hegemonizada por projetos e políticas que primam por paradigmas e lógicas coloniais externos e internos, que vêm destruindo modos e lógicas outras de vida e a própria natureza, desperdiçando, por conseguinte, a oportunidade de aprender com seus povos, com seus saberes (epistemes) e experiências e construir caminhos outros de sociabilidade e de relação com a natureza (Loureiro, 2022; Porto-Gonçalves, 2017).

Ao trazer o contexto de conflitos agrários na região amazônica, essa problemática possui especificidades, que ocorrem por diferentes compreensões da relação entre as classes e grupos sociais em conflito e da relação com a terra/natureza. Sendo assim, a conjuntura amazônica possui características similares com outras regiões brasileiras, posto o processo de colonização, mas necessita de atenção aos fenômenos internos que ocorrem nesse espaço, dada sua *singularidade* (Porto-Gonçalves, 2017; Loureiro, 2022).⁵

⁵ Pablo Gonzales-Casanova (2006) cria um importante conceito de *colonialismo interno*, a fim de chamar atenção para outras dinâmicas e processos que ocorrem de colonização na América Latina, com forte papel do Estado. Violeta Loureiro (2022) adverte para o colonialismo da Amazônia dentro do próprio Brasil.

A Amazônia possui potencialidade de produção agrícola e sua população já se relaciona com o solo de maneira simbiótica, onde se encontra alimento, remédio, arte e outros elementos que fazem parte do cotidiano dos povos da floresta, das águas e dos campos. Toda essa riqueza natural e de saberes da região torna-se alvo do interesse nacional e internacional e de grandes proprietários de terra que, em diversos momentos da história, entram em conflito com os interesses desses povos e comunidades.

Por outro lado, em meio a esses conflitos e contradições, que marcam historicamente a região, emergem movimentos e organizações sociais em diversos espaços na defesa de seus territórios, de seus direitos e da dignidade. Dentre eles, no âmbito da luta pela terra, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) (A História [...], s.d.), fundado em 1984, ou seja, completou 40 anos em 2024, com amplo histórico de lutas e conquistas, em defesa da reforma agrária popular. Um grupo de trabalhadores(as) rurais se organizou em Cascavel, no Paraná, para construir um movimento camponês nacional. O primeiro congresso oficial do MST carregou o título “Sem reforma agrária não há democracia” dialogando, profundamente, com o contexto de redemocratização do país, das Diretas-Já, a partir do campo democrático popular.

Um movimento que nasce no sul do Brasil e se especializa e territorializa para além da fronteira nacional, assumindo uma posição anticapitalista, como movimento contra-hegemônico, que vai ganhar repercussão internacional. Assim, o MST nasce assumindo uma posição de profunda crítica à estrutura agrária do país e ao modelo de sociedade que a sustenta, reproduzindo a lógica colonial e o latifúndio.

Em 1985, foi instituído o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) que não cumpriu com a meta de assentar 1,4 milhão de famílias, tendo alcançado somente 6% desse quantitativo com muita luta e pressão popular no Governo Sarney (1985-1990).

O MST enquanto um movimento que se confunde com a própria história de redemocratização do Brasil, também apoiou na escrita da Constituição Federal Brasileira de 1988 (Brasil, 1988), na qual constam os artigos 184 e 186 que garantem a desapropriação das terras que não cumprirem com a função social previamente estabelecida.

Art. 186 – A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

- I – aproveitamento racional e adequado;
- II – utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;
- III – observância das disposições que regulam as relações de trabalho;
- IV – exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores (Brasil, 1988).

A partir do século 21, houve uma expansão e consolidação do agronegócio incentivado por capital estrangeiro, bancos e grandes conglomerados econômicos. A reforma agrária popular surge nesse contexto para disputar os espaços, as narrativas e a produção, ao decorrer dos anos se apropriou de pautas importantes, algumas delas como a questão ambiental e agroecologia.

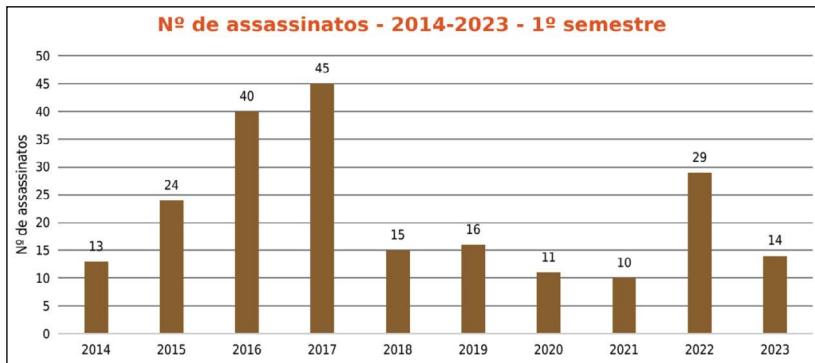
4.1 REALIDADE AMAZÔNIA/BRASIL

Comissão Pastoral da Terra (CPT) divulgou no primeiro semestre de 2023 que foram registrados 973 conflitos, 8% maior em relação a 2022 e o 2º maior resultado dos últimos 10 anos. Desses conflitos, 791 foram relacionados à terra, 102 a trabalho escravo rural e 80 em relação à água. O aumento do número de casos de trabalho escravo está relacionado à flexibilização dos direitos trabalhistas e a ausência de fiscalização dos órgãos públicos nestes espaços (CPT, 2023).

Nos primeiros seis meses de governo do atual presidente do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva foram resgatadas da situação de trabalho escravo mais do que o quantitativo dos últimos 10 anos, totalizando 1408 pessoas resgatadas. Ademais, a monocultura da cana de açúcar, as lavouras permanentes, o agronegócio e a mineração somam 967 dos casos, isso mostra que o modelo de desenvolvimento rural defendido no Brasil representado por esses setores tratam o trabalhador de maneira desumanizada e o lucro acima da vida.

Ainda em relação a violência, a CPT identificou que houve um aumento do 1º semestre de 2022 para o 1º semestre de 2023 da violência contra a pessoa de 418 para 779 casos. Liderando o *ranking* está a contaminação por agrotóxicos com 327 casos, em seguida a contaminação por mineração com 55 casos. Em contrapartida, houve uma queda de 51,72% no número de assassinatos em campo no mesmo período, sendo que 80% dos casos ocorreram na Amazônia Legal, região mais vulnerável aos conflitos agrários (Gráfico 1).

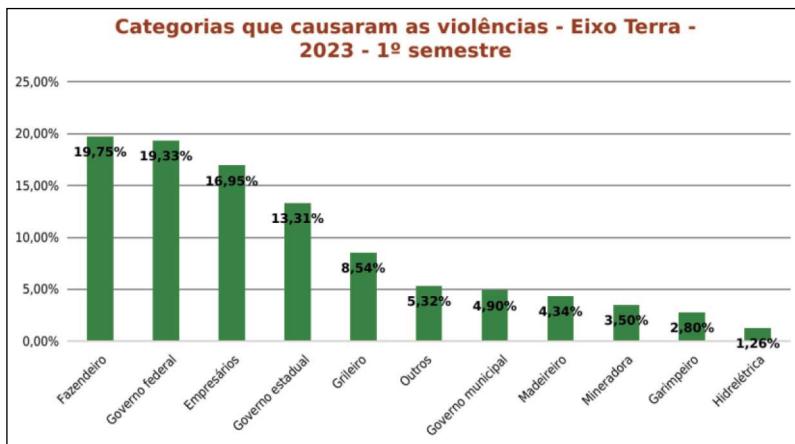
Gráfico 1 – Número de assassinatos no campo no Brasil no 1º semestre dos últimos 10 anos



Fonte: CPT (2023).

Ainda sobre os dados relacionados a violência no território, a dicotomia entre aqueles que detém os meios de produção e a propriedade privada em oposição a classe trabalhadora ganha uma nova face no Brasil e na Amazônia representada por novos atores sociais (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Categorias que mais causaram violência no campo no 1º semestre de 2023



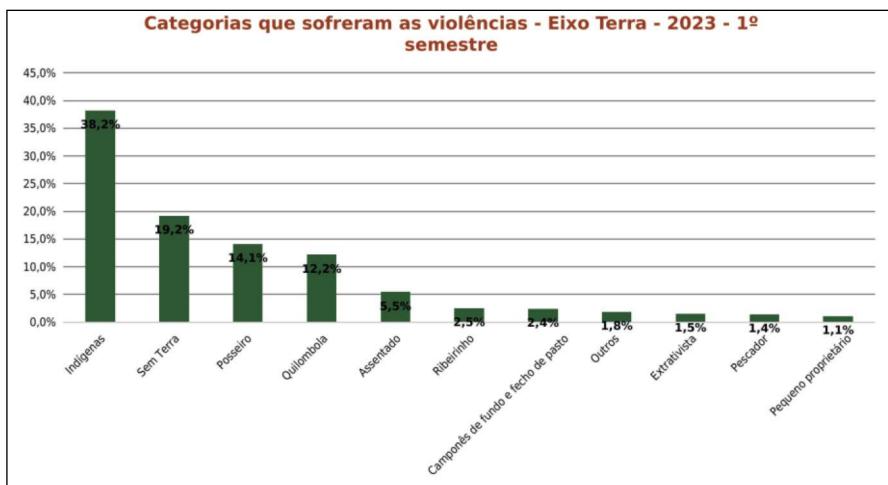
Fonte: CPT (2023).

Observa-se que, o Estado possui o uso legítimo da força e em muitos momentos é instrumentalizado pelas classes dominantes (Harvey, 2006) para cumprir os seus desejos e reprimir as minorias sociais. No contexto nacional, os fazendeiros são os maiores causadores de violência no eixo terra chegando a 19,75%. A agressividade do latifúndio demonstra-se como

uma ferida do período colonial que está aberta até os dias atuais e tem destruído vidas e famílias que dependem das suas terras como instrumento de subsistência.

Assim como é importante destacar aqueles que mais causam a violência no campo, também é necessário apresentar dados sobre os grupos sociais que mais sofrem com essa violência (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Categorias que mais sofreram com a violência no campo no 1º semestre de 2023



Fonte: CPT (2023).

Os povos indígenas são os mais vulneráveis diante das violências citadas, liderando o ranking com 38,2%, depois temos os Sem-Terra com 19,2% do total. Não menos importante, existem outras categorias de comunidades tradicionais ameaçadas, isso demonstra que aqueles grupos que possuem maior relação harmônica e afetiva com a terra, que desenvolvem um manejo responsável e saberes históricos dialogados com a natureza são os mais prejudicados pelo agronegócio e pelo desenvolvimento capitalista tradicional no espaço rural.

O intelectual Ailton Krenak (2023) afirma que é necessário pisar suavemente na terra pois ela é ancestral e possui seres e saberes inerentes à natureza. Em contrapartida, o desenvolvimento capitalista hegemônico não enxerga o território/terra como um “ser”, pois a Amazônia é vista pelo próprio país como uma fronteira de recurso, uma região para expropriar riquezas e que por muito tempo era colocada no debate nacional como vazio demográfico que necessita ser ocupado e desenvolvido (Becker *et al.*, 1995).

Os dados estatísticos auxiliam as ciências sociais a analisar a realidade criticamente, entendendo as violências históricas que são resultados da colonização que privilegiou práticas da tradição científica europeia, em oposição àquelas de manejo-conservação dos recursos naturais praticadas na Amazônia pelos povos tradicionais. Toda a violência é alimentada por discursos que são naturalizados, o cientificismo hierarquiza povos da floresta e do campo, colocando-os em uma categoria de atraso primitivismo, a partir do evolucionismo moderno. (Quijano, 2005).

Na Amazônia, se concentra 70% dos assentamentos totais do país, o MST começou a ocupar as terras com maior intensidade na região a partir de 1970 e em 1984 criou-se o conceito de 'Assentamentos convencionais' que direcionam sua produção para a agropecuária, com práticas de desmatamento. Contudo, a partir dos anos 2000, o debate ambiental em diálogo com extrativistas e comunidades tradicionais ganhou força e criou-se os 'Assentamentos ambientalmente diferenciados' (Souza, 2022) que tem seus objetivos conciliados com a preservação da floresta amazônica, a área desse modelo de assentamento de 2004 para 2012 cresceu de 1,7 mil para 12,4 mil de hectares.

Esse dado mostra o aumento de práticas sustentáveis a partir dos anos 2000, os povos amazônicos, entre eles os agricultores familiares, se relacionam com a terra de maneira particular, onde ocorre o desenvolvimento de ambos, ainda que com certo grau de desmatamento. Importante lembrar que a própria Lei Fundiária no Brasil a partir dos conceitos de regularização e ocupação territorial de 1970 orientava desmatar 50% da terra para conseguir o título dela, hoje no Pará a Lei estadual nº 8.878/2019 (Pará, 2019) garante a titulação de maneira que concilie a preservação das florestas com o combate ao desmatamento e grilagem (Governo [...], 2023).

4.2 LOCUS DA PESQUISA: ASSENTAMENTO JOÃO BATISTA II

Esta subseção foi feita a partir da observação participante e resultados das entrevistas em campo realizadas no assentamento João Batista II, em Castanhal (PA). Destaca-se, o protagonismo das lideranças femininas frente a associação comunitária assim como, foi maior o interesse das mulheres em contribuir para a pesquisa.

As lideranças da associação sugeriram os nomes que poderiam contribuir com a pesquisa, a partir das suas respectivas experiências de transição agroecológica. No meu primeiro contato direto com o

assentamento, fui para fazer conversas informais, me apresentar, começar a observação participante junto ao caderno de campo e buscar entender algumas dinâmicas internas, nesse momento ainda não fiz as entrevistas. Alguns meses depois, retornei a campo para as entrevistas e elas ocorreram de maneira bem-sucedida.

Os relatos coletados permitem entender a realidade da agroecologia em campo, para consolidar aquilo que a teoria apresenta e desmistificar questões colocadas de forma utópica. Os saberes e práticas do cotidiano da reforma agrária enriquecem esse trabalho científico ao protagonizar pontes e apontar caminhos sustentáveis diante de eventos climáticos extremos e domínio do agronegócio e uso de agrotóxicos.

O assentamento João Batista II foi ocupado em 1988 pelo MST em parceria com a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar (FETRAF), com apoio da igreja católica e outros movimentos sociais, a regularização pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) ocorreu em 2000. Anteriormente a esse período era uma fazenda de um grande proprietário de terras do município, onde não cumpria a sua função social e havia relatos de irregularidades em relação aos direitos trabalhistas.

Era uma fazenda do Domingos Rangel, porém, uma fazenda que tinha práticas de crimes, de trabalho escravo, e ela estava, como se diz [...] improdutiva e devendo ela não tinha documento, estava toda irregular, porém, das práticas desse fazendeiro [...] o MST junto com todos os movimentos sociais se juntaram e ocuparam, tinha mil famílias aqui dentro.⁶

Hoje, vivem no assentamento 157 famílias e ele é dividido entre a vila Raio de Sol e os lotes de produção agrícola, os entrevistados apontaram que por família são em média 3 pessoas. A produção dos lotes é variada, desde hortaliças, mel, galinhas, piscicultura, café, cacau, frutas variadas até gado, muitas dessas produções utilizam práticas agroecológicas. Contudo, ainda é um desafio dentro do assentamento para os agricultores e também existem conflitos de interesses.

A pauta da agroecologia no assentamento é importante e incentivada a ser discutida pelos agricultores com o objetivo de que atuem com um novo manejo do solo, interrompam a utilização de agrotóxico nas produções e se produza alimentos saudáveis e orgânicos. Apesar disso, não é unânime entre os assentados ainda, a defesa dos valores agroecológicos na produção,

⁶ Informação concedida pela Entrevistada 1, 53 anos, no dia 20 de abril de 2024.

isso acaba ocasionando conflitos de interesse, como no caso da entrevistada 2 que o uso de pesticidas de seu vizinho prejudicou a sua apicultura.

Eu nunca usei, nós nunca usamos agrotóxico na nossa área, porque quando nós chegamos aqui, o que nós estudávamos era sobre isso, entendeu? “Nós” era contra isso, mas, infelizmente, ao passar do tempo, as coisas vão mudando, né? A pessoa não tem mais aquele pico de estar na enxada, eles querem mais se envenenar mesmo, se matar, né? Aí larga o veneno direto, é onde atinge toda [...] Olha, essa semana passada botaram veneno perto da minha casa, lá atingiu a nossa abelha então, é um caso sério isso, sabe?⁷

A entrevistada 3, que presenciou a ocupação da terra e vive até hoje no assentamento, relatou sobre os conflitos existentes atualmente e como era antigamente.

A gente, desde o começo, assim, a gente tinha grupos que tratavam de várias atividades, a gente tinha um grupo [...] era saúde, cada grupo tinha uma pessoa, uma liderança na saúde, na educação, no lazer, na parte de estrutura, tipo aquele que comandava, mão de obra, a gente trabalhava muito assim, junto [...]coletivo. [...] No início a gente não teve muito conflito, mas teve umas coisinhas, mas não foi tão grave, né, como acontece dos conflitos de tomar terra, ocupação, essas coisas, aí ficou naquela tensão dois anos. Depois de dois anos que foi normal. Cada um foi vivendo a sua vida, até hoje, mas foi muita gente embora, outros já faleceram, outros venderam, que não pode vender, mas venderam, né? A gente não consegue dominar as pessoas, né e hoje já está aí o assentamento, já tem uma população que vive, outras pessoas que vieram e estão morando.⁸

Essa fala ocorreu, pois alguns dos que chegaram depois da ocupação não possuem os valores defendidos pelo MST, por vezes desmatam ou fazem uso inapropriado do solo, desrespeitando as fases do plantio e utilizando agrotóxicos.

O Entrevistado 5, ao ser questionado sobre os desafios da agroecologia em seu lote, principalmente em relação a evitar agrotóxicos, disse que existem, mas ainda que seja difícil, os benefícios se destacam:

Tem, tem, tem, só que o que a gente perde na produção, a gente ganha em anos vividos, né? [...] A gente tem problema, né, porque [...] sem o uso de agrotóxico aumenta o número de pragas na produção, mas aí [...] diminui a produção, mas só que a produção que você tem, você tem um produto de qualidade, sem o uso de agrotóxico, o que a praga comer é dela e o que não comer é seu.⁹

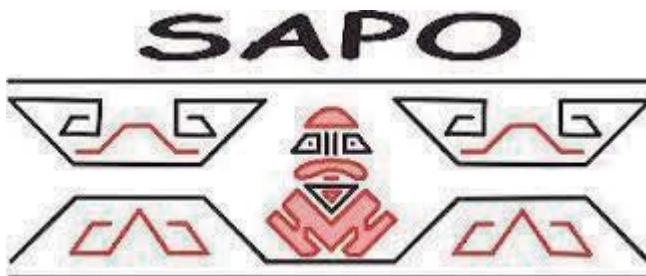
⁷ Informação concedida pela Entrevistada 2, 67 anos, no dia 20 de abril de 2024.

⁸ Informação concedida pela Entrevistada 3, 63 anos, no dia 20 de abril de 2024.

⁹ Informação concedida pela Entrevistada 5, 43 anos, no dia 20 de abril de 2024.

No assentamento, as experiências são enriquecedoras, desafiadoras, mas exitosas possuem em seu território um projeto piloto de Unidade Demonstrativa (UD) implementado pelo MST chamada Sistema Agroecológico de Produção Orgânica (Sapo), onde existem sistemas agroflorestais capazes de restaurar a paisagem natural, diversificar a produção e melhorar a renda e saúde das pessoas. A seguir o logotipo do Sapo e um exemplo de sistema agroflorestal em desenvolvimento.

Foto 1 – Logotipo do Sistema Agroecológico de Produção Orgânica



Fonte: Acervo Pessoal, 2023.

Foto 2 – Sistema agroflorestal em desenvolvimento do entrevistado 5



Fonte: Acervo pessoal, 2023.

Foi possível observar nas falas, que cada lote possui a sua fase na transição agroecológica, enquanto tem aqueles que optaram por não se

adaptarem ao modelo. A dificuldade de acesso a recursos financeiros e alternativas sustentáveis para manejo e insumo são fatores que, por vezes, desmotivam os agricultores familiares para prosseguirem com a transição. De todo modo, a restauração florestal e a melhora na qualidade de vida e dos alimentos são pontos importantes para a implementação dela.

Os desafios enfrentados para aqueles que defendem um desenvolvimento rural alternativo a partir do repertório dos movimentos sociais são muitos. Foi comum no discurso dos entrevistados que a transição agroecológica é difícil, mas caso houvesse assistência técnica por parte do Estado, os impactos positivos poderiam ser potencializados e os problemas mitigados.

Para mim, desafio é desafiar, como é que se diz? Eu não sei nem te dizer, o desafio é muito trabalho. O trabalho se torna mais árduo, mas prazeroso, porque é algo que você está produzindo um alimento saudável E você vai vender saudável também e vai agregar mais valores.¹⁰

Os entraves no acesso ao acompanhamento técnico para os agricultores familiares fizeram com que se dificultasse a implementação da prática agroecológica e sustentável nos lotes. Para se avançar, muitos fizeram de forma autônoma ou coletiva, um oferecendo suporte ao outro com intercâmbio de conhecimento e técnicas.

Outra agenda de discussão em voga na agroecologia, é o reflorestamento feito de maneira integrativa entre ser humano e natureza. A antiga fazenda que foi ocupada e recebeu famílias assentadas era um grande pasto com erosões na terra e improdutividade. Com a chegada do MST, foi defendida o plantio de árvores onde muitos agricultores executaram e desfrutam hoje da diversidade produtiva como aponta a Entrevistada 2:

Porque, assim [...] quando nós chegamos aqui, era só capim, não tinha uma árvore, só tinha uma árvore ou duas, né? Ou quatro árvores de mangueira. Por isso, que nós chegamos e encheram o assentamento de mangueira para nós comemos logo e agora deu pra todo lado (risos) Aí, o que aconteceu? A nossa preocupação, a minha preocupação no meu lote foi reflorestar, porque não tinha como aguentar, aí reflorestamos, aqui é a floresta de acácia, muitas plantações boas mesmo [...] É copaíba, é [...] andiroba, é o [...] que nós reflorestamos [...] é acácia, é acapu, e tem um açaizal, né? Lá para trás, tudinho, que nós plantamos, Caju, tem cacau [...] Tem goiaba, tem manga, tem laranja, tem limão, tem muruci, entendeu? Todas essas coisas.¹¹

¹⁰ Informação concedida pela Entrevistada 1, 53 anos, no dia 20 de abril de 2024.

¹¹ Informação concedida pela Entrevistada 2, 67 anos, no dia 20 de abril de 2024.

Podemos inferir que a prática agroecológica, passada pelas gerações, oferece benefícios ao solo e consequentemente pode ajudar no melhoramento da renda pela sua fertilidade junto à diversidade do arranjo agroflorestal. Um dos objetivos deste trabalho é compreender também as oportunidades que a agroecologia oferece a partir de seus impactos socioeconômicos. Essa questão pode ser complexa, visto que como já foi dito, ocorre a diminuição da produção e o melhoramento da qualidade dos produtos, algumas respostas foram coletadas em relação a essa questão como:

A gente vai adquirindo melhorias na alimentação, vai adquirindo melhorias na forma de produção. Aí, enquanto você queimava 5, 6 linhas pra produzir, arava 5, 6 linhas, você vai trabalhando devagarinho mesmo, você produz o que der diariamente, aí futuramente você colhe, você é claro que não colhe, mas futuramente colhe [...] mas melhorou porque eu trabalhava semana para apurar 300 reais, né? E assim não, tem semana que eu apuro 300, mas tem semana que eu apuro 600, 900, 1000.¹²

Olha, na realidade a gente tem sim, são os produtos mais caros, geralmente a gente vende mais caro, porém são menos de produção. [...] Ela ficou a mesma coisa (a renda), Porque você produz pouco, não se produz muito [...] A gente precisa avançar mais ainda, ter mais, como eu te falei, assistência técnica e também o incentivo financeiro, a gente precisa ter, não tem quem trabalhe sem dinheiro.¹³

Porque as pessoas querem comprar mais se for orgânico [...] Pessoas que conhecem, né? Que sabem um pouco sobre alimento orgânico, mas se tu leva na feira, os orgânicos para eles não servem, porque tem umas “falinhas”, né? [...] Vender assim para Belém um valor mais em conta e também no gosto, né? Tem diferença também [...] Um maior lucro.¹⁴

Em outras palavras, a produção orgânica melhorou a renda dos agricultores, ainda que com suas dificuldades, a ausência de amparo do poder público a um modelo de desenvolvimento sustentável dificulta a implementação de bons SAFs. Todavia, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) que sofreu um apagão pelos últimos governos e foi retomado em 2022 com o presidente Lula é um importante mecanismo para auxiliar nessas práticas e de acordo com a presidente da associação, 7 agricultores do assentamento foram contemplados com recursos do PRONAF em 2024.

¹² Informação concedida pela Entrevistada 5, 43 anos, no dia 20 de abril de 2024.

¹³ Informação concedida pela Entrevistada 1, 53 anos, no dia 20 de abril de 2024.

¹⁴ Informação concedida pela Entrevistada 4, 26 anos, no dia 20 de abril de 2024.

O incentivo financeiro infelizmente ainda é um gargalo para a luta agroecológica, mas a resistência e o diálogo dos agricultores com movimentos sociais e universidades públicas têm possibilitado o avanço da teoria e prática da temática na Amazônia. Sob esse viés, a reparação através de investimento é uma forma de colocar em prática esse modelo de justiça que enxerga a dicotomia pessoa/meio ambiente integralmente.

A agroecologia, apesar de ser um conceito recente na academia, é praticada no cotidiano da Amazônia há muitos anos por diferentes grupos sociais, a entrevistada 1 vai dizer que é uma forma de retomada a um modelo dos antepassados:

O discurso é muito bonito, mas na prática não é, quem vive no meio vê e sabe que há muita contradição. São poucos que produzem agroecologicamente [...] É porque esse modelo, na realidade, está voltando lá atrás, no tempo da minha avó, da minha bisavó, quando eu nasci também, eu vivi isso aí, eu vivenciei [...] Eu vi a minha avó, como ela era uma líder comunitária, ela fazia a horta tamanho desse meu quintal aqui, para toda uma comunidade e a gente via muito bonito as verduras, sabe? Todo mundo cuidava, mas era sem esse produto agrotóxico, era tudo [...] Está voltando atrás.¹⁵

Assim como para a entrevistada 1 a agroecologia retoma uma forma de viver a produção agrícola conciliada ao bem-estar do meio ambiente, a entrevistada 2 acredita que o sentido da apropriação do território pela agroecologia é o reflorestamento:

O sentido do reflorestamento é a terra, sabe? Uma mudança na terra, porque o capim foi-se, né? Daquela área, então, o que a gente planta ali, as coisas ficam muito bonitas, naquela área que não é de capim, porque o capim é uma luta pra acabar, né? E como essas árvores fizeram aquela defesa [...] E aquela folha ela aduba, então é uma diferença, até pro bichinho, pro pássaro, sabe? Que aqui, lá, a gente não vê nada, sabe? era só mesmo [...] a terra foi virada quantas vezes você tem aqui, é muito bonito.¹⁶

Destarte, os saberes tradicionais de agricultores familiares que têm vivenciado a agroecologia no seu cotidiano podem ajudar a apontar uma saída à crise climática principalmente em relação a apropriação do território campesino e produção rural, visto que o agronegócio é um dos maiores causadores desta crise pela forma destrutiva que lida com a terra. Os investimentos financeiros são importantes e merecem atenção

¹⁵ Informação concedida pela Entrevistada 1, 53 anos, no dia 20 de abril de 2024.

¹⁶ Informação concedida pela Entrevistada 2, 67 anos, no dia 20 de abril de 2024.

principalmente em contexto de crise, a luta pela terra se adequou à realidade ambiental vigente no país e por isso a reforma agrária para além de reivindicar a redistribuição de terras, também defende o uso dela de forma sustentável.

5 CONCLUSÃO

No que tange aos resultados da discussão, a experiência de transição agroecológica implementada no assentamento João Batista II em Castanhal possui diferentes fases para cada lote, levando em consideração que alguns não são adeptos desse modelo de produção agrícola e isso causa conflitos dentro do próprio assentamento. Sendo assim, foi possível analisar avanços e desafios referentes à implementação da agroecologia que busca dialogar dentre as principais questões, o desenvolvimento econômico com a preservação da natureza.

Primeiramente, destaca-se a dificuldade no acesso da assistência técnica aos agricultores familiares, o que tarda a consolidação de Sistemas Agroflorestais (SAF's) e não utilizar agrotóxicos pois necessitam de outras formas para controle de pragas. O incentivo à monocultura ainda é mais frequente nos discursos e nas políticas públicas dos Governos, devido esse modelo de produção retornar economicamente mais rápido.

Por outro lado, o MST ao incorporar a agroecologia nas suas discussões traz ricas contribuições à diversidade socioprodutiva. Ao defender os SAFs possibilita variar a renda familiar dos agricultores, devido ao manejo agroflorestal conseguir diferentes práticas agrícolas para o lote. Dentre as principais experiências exitosas está o Sistema Agroecológico de Produção Orgânica (Sapo) que funciona no assentamento como uma unidade demonstrativa da prática agroecológica.

Além disso, a produção orgânica reforça a soberania alimentar para o assentamento e para as cidades onde ocorrem o escoamento da produção. A melhora na saúde e qualidade de vida através dos alimentos sem agrotóxicos e reflorestamento tornam a agroecologia uma saída para a crise financeira, social e ambiental. A produção orgânica permite a agregação de valor para os alimentos, pois ainda que a produção diminua, ela é de maior qualidade.

A agroecologia se apresenta para os agricultores familiares como uma oportunidade desafiadora, que transparece no aumento da qualidade de vida relatado pelos entrevistados, isso ocorre pela harmonia entre ser humano e natureza de modo geral conciliada a produção rural. Contudo, é difícil

desenvolver um lote agroecológico sem recursos financeiros e assistência técnica, o processo se torna mais lento e é preciso por vezes, buscar outras fontes de renda até a sua consolidação.

É necessário que o Estado, ao olhar para as mudanças climáticas, enxergue o agronegócio e seu modelo de desenvolvimento enquanto um dos causadores dessa crise e que por outro lado, agricultores familiares têm vivido experiências que são potentes para mitigar os impactos negativos e ajudar a encontrar uma solução. Para isso, é importante investimentos financeiros e reconhecimento público da importância das práticas agroecológicas que ajudam no desenvolvimento rural, restauração e proteção da sociobiodiversidade.

A realidade rural no Brasil e na Amazônia se apresenta através dos dados e das entrevistas, por vezes, de maneira cruel. Entretanto, reler a história da Amazônia de maneira decolonial e buscando alternativas a partir de dentro dos territórios no sentido da desobediência epistemológica nos dá esperança de projetar futuros coletivos.

Por fim, devemos repensar e construir utopias que se concretizem no cotidiano da cidade, do campo, dos rios e das florestas na Amazônia, desenvolvimentos e modelos de sociedade que enxerguem as nossas riquezas de forma respeitosa, levando em consideração sua relação com as epistemes locais, com a cultura e ancestralidade alocada no interior amazônica.

REFERÊNCIAS

A HISTÓRIA da luta pela terra. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra**, [s. l.], s.d. Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-historia/inicio/>. Acesso em: 27 fev. 2025.

ABA. Revista Brasileira de Agroecologia. **Associação Brasileira de Agroecologia**, Rio de Janeiro, 30 jun. 2019. Disponível em: <https://aba-agroecologia.org.br/revista-brasileira-de-agroecologia-v-14-n-2-2019/>. Acesso em: 5 jun. 2025.

ABRAMOVAY, R. **Infraestrutura para o desenvolvimento sustentável na Amazônia**. São Paulo: Elefante, 2022.

ACOSTA, A. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. São Paulo: Autonomia Literária: Elefante, 2016.

- BANERJEE, S. B. Quem sustenta o desenvolvimento de quem? O Desenvolvimento Sustentável e a Reinvenção da Natureza. In: FERNANDES, M.; GUERRA, L. (org.). **Contra-discurso do desenvolvimento sustentável**. Belém: Associação de Universidades Amazônicas, 2003. p. 75-130.
- BECKER, B. K. et al. **Geografia e meio ambiente**. São Paulo: HUCITEC; Rio de Janeiro: UGI, 1995.
- BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- BONI, V.; QUARESMA, J. Aprendendo a entrevistar: Como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica de Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, Florianópolis, v. 2, n. 1(3), p. 68-80, jan./jul. 2005.
- BORGES, J. **MST: do produtivismo à agroecologia**. São Paulo: Terceira Margem; Goiânia: Editora PUC Goiás, 2010.
- BORSATTO, R. S. C.; MARISTELA, S. A Construção do Discurso Agroecológico no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). **Revista de Economia e Sociologia Rural (RESR)**, [s. l.], v. 51, n. 4, p. 645-660, 2013.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, [1988]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 mar. 2024.
- CASTRO-GÓMEZ, S. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da ‘invenção do outro’. In: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 80-87.
- CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFOGUEL, R. Prólogo. Giro decolonial, teoria crítica e pensamento heterárquico. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFOGUEL, R. (coord.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre, 2007. p. 9-24.
- CORRÊA, S. R. M.; NASCIMENTO, M. D. F. MST, agroecologia e educação do campo na Amazônia: um estudo sob a abordagem das epistemologias do sul. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, Aracajú, v. 12, n. 29, p. 299-324, 2019.
- COSTA, G. S. **Desenvolvimento rural sustentável com base no paradigma da agroecologia**. Belém: UFPA/NAEA, 2006.

COSTA, M. B. B. **Agroecologia no Brasil**: história, princípios e práticas. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

COSTA NETO, C.; CANAVESI, F. Sustentabilidade em assentamentos rurais. O MST rumo à “reforma agrária agroecológica” no Brasil? *In: ALIMONDA, H. (org.). Ecología política: naturaleza, sociedad y utopía*. Buenos Aires: CLACSO, 2002. p. 203-215.

CPT. Comissão Pastoral da Terra (CPT) divulga dados parciais de conflitos no campo brasileiro do 1º semestre de 2023. **Comissão Pastoral da Terra**, Goiânia, 10 out. 2023. Disponível em: <https://cimi.org.br/2023/10/comissao-pastoral-da-terra-cpt-divulga-dados-parciais-de-conflitos-no-campo-brasileiro-do-1o-semestre-de-2023/>. Acesso em: 27 fev. 2025.

DILGER, G; PEREIRA FILHO, J. Apresentação à edição brasileira. Ousar pensar “fora da caixa”. *In: DILGER, G.; LANG, M.; PEREIRA FILHO, J. (org.). Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento*. São Paulo: Elefante, 2016. p. 12-22.

DUSSEL, H. Europa, modernidade e eurocentrismo. *In: LANDER, E. (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 25-34.

FERNANDES, B. M. **MST**: formação e territorialização em São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1996.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FRANCO, F. Prefácio. *In: LOMBARDI, A. C. (org.). Agrofloresta e a prática agroecológica*. São Paulo: Expressão Popular, 2022. p. 7-11.

GEBARA, I. Epistemologias teológicas e suas consequências. *In: NEUENFELDT, E.; BERGESCH, K.; PARLOW, M. (org.). Epistemologias, violência e sexualidade: olhares do II Congresso Latino-americano de gênero e religião*. São Leopoldo: Sinodal/EST, 2015. p. 31-50.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1995.

GONZÁLES-CASANOVA, P. Colonialismo interno [uma redefinição]. *In: BORON, A. et al. (org.). Teoria marxista hoje: problemas e perspectivas*. Buenos Aires: CLACSO, 2006. p. 395-420.

GOVERNO do Pará regulamenta lei para regularização fundiária e combate à grilagem e ao desmatamento. **Secretaria de Meio Ambiente, Clima e Sustentabilidade**, Belém, 26 nov. 2020. Disponível em: <https://www.semaz.pa.gov.br/2020/11/26/governo-do-pará-regulamenta-lei-para-regularizacao-fundiaria-e-combate-a-grilagem-e-ao-desmatamento/>. Acesso em: 27 fev. 2025.

- GUERRA, G. A. D.; WAQUIL, P. D.(org.). **Desenvolvimento rural sustentável no Norte e Sul do Brasil**. Belém: Paka-Tatu, 2013.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1992.
- HARVEY, D. O “novo imperialismo”: acumulação por desapossamento (Parte II). **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 15/16, p. 21-34, 2006.
- IBGE. Censo Agro 2017: população ocupada nos estabelecimentos agropecuários cai 8,8%. **Agência IBGE**, Rio de Janeiro, 25 out. 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25789-censo-agro-2017-populacao-ocupada-nos-estabelecimentos-agropecuarios-cai-8-8#:~:text=Cerca%20de%2077%20dos%20estabelecimentos%20foram%20classificados,23%20da%20C3%A1rea%20total%20dos%20estabelecimentos%20agropecu%C3%A1rios.&text=No%20Censo%20Agropecu%C3%A1rio%20de%202017%2C%203.897.408%20estabelecimentos,77%20dos%20estabelecimentos%20agropecu%C3%A1rios%20levantados%20pelo%20censo.> Acesso em: 5 jun. 2025.
- IBGE. Cidades e estados: Castanhal. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/castanhal.html>. Acesso em: 20 fev. 2025.
- INCRA. Acervo Fundiário Digital. **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária**, Brasília, DF, [2013]. Shapefiles. Disponível em: <https://acervofundiario.incra.gov.br/acervo/login.php>. Acesso em: 5 jun. 2025.
- KRENAK, A. **O futuro é ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Técnicas de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.
- LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- LOUREIRO, V. **Amazônia, colonial do Brasil**. Manaus: Valer, 2022
- MARX, K. **O capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital**. 2. ed. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MIGNOLO, W. **Desobediência epistêmica: retórica da modernidade, lógica da colonialidade e gramática da descolonialidade**. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2010.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

NITAHARA, A. Censo Agropecuário: Brasil tem 5 milhões de estabelecimentos rurais. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 25 out. 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-10/censo-agropecuario-brasil-tem-5-milhoes-de-estabelecimentos-rurais>. Acesso em: 26 fev. 2025.

PARÁ. **Lei ordinária nº 8.878, de 8 de julho de 2019.** Dispõe sobre a regularização fundiária de ocupações rurais e não rurais em terras públicas do estado do Pará [...]. Belém: Assembleia Legislativa, [2019]. Disponível em: <https://www.semas.pa.gov.br/legislacao/files/pdf/104647.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2025.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia: encruzilhada civilizatória, tensão territorial em curso.** Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

SAID, E. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, B. S.; MENESSES, M. P. (org.). **Epistemologias do Sul.** São Paulo: Cortez, 2010. p. 23-73.

SAUER, S.; BALESTRO, M. V. (org.). **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SOUZA, M. L. Assentamentos Rurais da Amazônia: diretrizes para a sustentabilidade. **Amazônia 2030**, [s. l.], 4 maio 2022. Disponível em: <https://amazonia2030.org.br/assentamentos-rurais-da-amazonia-diretrizes-para-a-sustentabilidade/>. Acesso em: 27 fev. 2025.

TOURINHO, E. Prefácio. In: FERNANDES, M.; GUERRA, L. (org.). **Contra-discurso do desenvolvimento sustentável.** Belém: Associação de Universidades Amazônicas, 2003. p. 9-14.